

INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM DEBATE À LUZ DE TOCQUEVILLE

1. Apresentação

Dados do INEP¹ de 2005 dão conta que há no Brasil 2.165 instituições de educação superior, sendo 769 nas capitais e 1.396 no interior. Elas oferecem 20.407 cursos de graduação presenciais: 7.028 nas capitais e 13.379 no interior. Nelas, estavam matriculados 4.453.156 alunos: 1.982.385 nas capitais e 2.470.771 no interior. Esses números representam uma tendência, aferida igualmente nos censos dos anos anteriores.

A política nacional para o ensino superior desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso e continuada no governo Lula vem incentivando essa interiorização, seja permitindo a expansão do sistema pelas instituições particulares, seja criando novos campi ou novas instituições públicas.

A implementação do PROUNI, somada à criação de 10 universidades federais e 48 novos campi, amplia significativamente o número de vagas na educação superior, interioriza a educação pública e gratuita e combate as desigualdades regionais. Todas estas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a presença, até 2010, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a 10,4%².

Essa política é criticada por vozes renomadas no cenário da educação nacional, como Luiz Antônio Cunha e Arabela Oliven. Nomeando esse processo de "paroquialização do ensino superior", entendem que a criação de IES nas periferias das áreas metropolitanas e nas cidades do interior desvincula o ensino de instalações próprias à vida acadêmica, como bibliotecas e arquivos públicos,

¹ Sinopse do ensino superior, 2005. Disponível em www.inep.gov.br.

² PROUNI. Disponível em <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>. Acesso em 10/3/2007.

laboratórios e outras facilidades, chamadas por eles de "economias externas".

Acreditam que

o paroquialismo precisa ser enfrentado com coragem, tanto no setor público quanto no privado.(...) O ensino superior só pode ser desenvolvido com recursos caros e raros, que não existem em qualquer lugar. A reconcentração das IES, inclusive na dimensão geográfica, é condição necessária para a melhoria da qualidade do ensino superior³.

Temos aqui, portanto, uma clara disputa sobre a procedência da interiorização do ensino superior como política pública. Trazer elementos para aprofundar essa discussão é o objetivo desse ensaio. Certamente uma das vias possíveis para tal seria comparar resultados de avaliações nacionais do interior e da capital, a fim de se discutir o argumento "qualidade" apontado por Cunha. Isso é possível e deverá ser desenvolvido em outro momento.

Nesse trabalho optamos por focar o tema sob outra perspectiva, relacionando o problema a um fenômeno político mais amplo: a disputa entre *centralização e descentralização* política, que encontra desdobramento na disputa entre *centralização e descentralização do ensino superior*.

2. Descentralização político-administrativa em Alexis de Tocqueville

Examinaremos a questão à luz de uma perspectiva filosófica e sociológica apoiada na obra do francês Alexis de Tocqueville (1805-1859). Este autor enfatiza em seus estudos os processos de descentralização política e administrativa articulados ao problema da prática democrática. Esta perspectiva nos interessa sobretudo em função de nosso tema de doutorado, a democratização do ensino superior.

³ CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. *Educação e Sociedade* 2004, vol. 25, no. 88 pp. 795-817. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 10/3/2007.

2.1 Tocqueville e sua obra

Não disfarçando sua simpatia por Tocqueville, de quem se diz um descendente atrasado, o importante filósofo e sociólogo francês Raymond Aron⁴ classifica-o como fundador da escola francesa da sociologia política, junto com Montesquieu. *"É uma escola de sociólogos pouco dogmáticos, interessados antes de tudo na política que, sem desprezar a infra-estrutura social, aceitam a autonomia da ordem política e têm idéias liberais"*.⁵

Marcelo Gantus Jasmin realça a peculiaridade da orientação metodológica do autor: no segundo livro da *Democracia na América* publicado em 1840, Tocqueville desenvolve um capítulo *"sobre algumas tendências particulares aos historiadores dos séculos democráticos"*. Avaliando que os aristocratas tendem ao que hoje nomeamos "individualismo metodológico" e os democratas ao "coletivismo metodológico", Tocqueville revelaria aí uma vantagem em relação à possibilidade de construir um ponto de vista original, posto que alertado contra esses dois extremos.

Outra especialista brasileira em Tocqueville, Célia Galvão Quirino⁷ acredita, inclusive, que ele

estaria antecipando a metodologia de Max Weber, ao tentar construir um 'tipo ideal' de democracia. A maneira pela qual retira da realidade pesquisada fatos que lhe parecem significativos para a compreensão do fenômeno democrático, o cuidado com que os relaciona, buscando encontrar a racionalidade que lhes é específica, permite que se veja no seu estudo mais do que a democracia, tal como ela ocorria nos Estados Unidos ou que pudesse vir a ocorrer na França. (...) em carta a Stuart Mill, declara: 'partindo de noções que me forneciam as sociedades americana e francesa, eu quis pintar os traços gerais das sociedades democráticas, das quais não existe ainda nenhum modelo completo'.

⁴ ARON, Raymond. *As etapas do método sociológico*. Brasília: Martins Fontes/Ed. UnB, 1987.

⁵ Ibidem, p. 273.

⁶ JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. RJ: Access, 1997.

⁷ QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade in WEFFORT, Francisco. *Clássicos da política* (org.). Vol. 2. RJ: Ática, 1989, p. 153.

Tocqueville julgou ver na prática política cotidiana nos Estados Unidos, elementos que funcionavam como antídoto ao despotismo democrático. Importante observar que não dava como pacificada a prática democrática naquele país. Pelo contrário, registrou várias dificuldades:

o que mais reprovo no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como na Europa muita gente imagina, a sua fraqueza, mas ao contrário, sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que aí reina, mas o pouco de garantia que se tem contra a tirania. Quando um homem ou um partido sofre uma injustiça nos Estados Unidos, a quem quereis que ele se dirija? À opinião pública? Mas é ela que forma a maioria. Ao corpo legislativo? Ele representa a maioria e a obedece cegamente. Ao poder executivo? Ele é nomeado pela maioria e lhe serve de instrumento passivo. À força pública? A força pública não é outra coisa senão a maioria armada. Ao júri? O júri é a maioria investida do direito de pronunciar as sentenças: os próprios juízes, em certos Estados, são eleitos pela maioria.⁸

Não obstante, um elemento sociocultural da política americana funcionaria como agente reequilibrador da prática democrática: a ação política dos cidadãos.

A América é o país do mundo onde mais se tirou partido da associação e onde este poderoso meio de ação se aplicou a uma grande diversidade de objetivos. Independentemente das associações permanentes criadas pela lei sob o nome de distritos, cidades e condados, existe uma multiplicidade de outras, que devem seu nascimento e seu desenvolvimento apenas às vontades individuais. O habitante dos Estados Unidos aprende desde seu nascimento que é preciso se apoiar em si mesmo para lutar contra os males e embaraços da vida: ele não lança sobre a autoridade social senão um olhar desconfiado e inquieto, e somente recorre ao seu poder quando não pode prescindir dele.⁹

Comparando as características socioculturais da política francesa e inglesa, Tocqueville diagnostica: *"em toda a parte onde, à frente de uma empresa nova, vemos na França o governo e na Inglaterra um grande senhor, tenhamos a certeza de perceber, nos Estados Unidos, uma associação"*¹⁰.

⁸ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores. SP: Abril, 1973, p.242.

⁹ TOCQUEVILLE, Alexis de. Op. cit., p. 257.

¹⁰ TOCQUEVILLE, Alexis de. Op. cit., p. 261.

As razões desse *status quo* podem ser encontradas, inicialmente, no contexto espaço-temporal: país novo sem poder feudal e fundado sobre uma população homogênea. Também, e fortemente, no papel das instituições e do federalismo, cujo sistema permite conciliar o respeito do local e a eficácia da ação da União. Outrossim, a imprensa é diversificada e livre, o poder judiciário é independente, a moral puritana colabora como garantia da vida política atuante e a democracia se traduz por hábitos de controle e participação¹¹.

3. Apropriações recentes de Tocqueville e conclusão

Encontramos Tocqueville relacionado ao pensamento de autores contemporâneos, dentre eles Antonio Gramsci - no tema da "revolução passiva" e de Habermas, este último como a seguir, citado por Klaus Frey¹²:

Sendo a busca pela liberdade política a preocupação primordial no pensamento político de Alexis de Tocqueville, a sua concepção traz subsídios fundamentais para uma abordagem democratizante da descentralização político-administrativa, além de enriquecer os atuais debates - teóricos e práticos - em torno das possibilidades de uma (re)vitalização das democracias contemporâneas. Como os atuais teóricos da democracia deliberativa ou dialógica (sobretudo HABERMAS, 1993; 1995), Tocqueville aposta no efeito conscientizador da prática política, no debate público de argumentos controversos como principal fonte de racionalização dos processos de tomada de decisão.

De fato, são temas redivivos na agenda política mundial atual a valorização da ação local mesmo que concebida e relacionada a uma concepção global - ponto de contato com Gramsci na noção de *intellectual orgânico* -, bem como a ênfase na descentralização política para se incentivar mais participação popular nos governos e minimizar a corrupção. No nosso país, a consolidação da idéia de responsabilidade social a partir de um processo de tomada de consciência social,

¹¹ Pour un autre Tocqueville...<http://www.ac-nice.fr/ses/confsoc/#Silvano>. Acesso em 10/3/2007.

¹² FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. *Revista Sociologia e Política*, 2000, nº 15. Disponível em <http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/download/resumo/d06n15.pdf>. Acesso em 10/3/2007.

a interiorização do crescimento, a ação de grupos que se situam entre o público e o privado na esfera política e a emergência dos terceiros setores refletem e atualizam a análise toquevilliana.

Roberto DaMatta, que admite influência e admiração por Tocqueville¹³, seria útil, aliás, para ajudar na compreensão do simbolismo que brasileiros e americanos constroem a respeito das noções de cidadania, participação, voluntariado. De forma geral, teríamos nós, brasileiros, dificuldades com idéias e atitudes que, tememos, retirariam do Estado suas responsabilidades. Talvez a crítica aos processos de interiorização do ensino superior estejam contaminadas por esta premissa. Herança européia, justamente como na análise de Tocqueville?!... Eis nossa hipótese.

Ora, a questão é que do pensamento de Tocqueville não se pode extrair a conclusão de que a ação da sociedade configura obrigatoriamente um retraimento da ação do Estado. A arena política em que sociedade e Estado são interlocutores continua aberta. Pelo contrário, trata-se de um passo além no amadurecimento democrático, que por definição opera na tensão entre interesses individuais e coletivos, entre o privado e o público, entre o local e o global, entre o interior e a capital - sem alijar nenhum desses pólos.

Assim, concluímos, apoiados em Tocqueville, que não seria razoável rechaçar de antemão o processo de descentralização do ensino superior, que aliás poderia trazer vantagens políticas, culturais, econômicas e tecnológicas para as novas comunidades favorecidas com sua chegada. E por extensão, poderia quiçá favorecer também o processo democrático brasileiro de forma geral, já que aquelas vantagens estariam mais bem distribuídas nacionalmente.

¹³ DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. SP: Rocco, 2000.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *As etapas do método sociológico*. Brasília: Martins Fontes/Ed. UnB, 1987.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. *Educação e Sociedade* 2004, vol. 25, no. 88 pp. 795-817. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. SP: Rocco, 2000.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. *Rev. Sociologia e Política*. 2000, nº. 15. Disponível em <http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/download/resumo/d06n15.pdf>.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. RJ: Access, 1997.

Pour un autre Tocqueville...<http://www.ac-nice.fr/ses/confsoc/#Silvano>.

PROUNI. Disponível em <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade in WEFFORT, Francisco. *Clássicos da política* (org.). Vol. 2. RJ: Ática, 1989.

SINOPSE DO ENSINO SUPERIOR, 2005. Disponível em www.inep.gov.br. <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores. SP: Abril, 1973.